COMPANHIA AGRO PASTORIL DO RIO TIRAXIMIM
CNPJ: 04.567.012/0001-53

Relatório da diretoria - Srs. acionistas. Em cumprimento às determinações legais e estatutárias submetemos ao exame de V. Sas. as demonstrações financeiras relativas aos periodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. Desde já nos colocamos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Cumarú do Norte-PA, 31 de dezembro de 2022.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO

	Nota	2022	2021
CIRCULANTE		**697.031**	**2.261.709**
Disponível	4	2.694	9.123
Outros créditos	5	694.337	468.482
Estoques	6	-	1.784.104
NÃO CIRCULANTE		**12.980.985**	**14.526.498**
Realizável a longo prazo	7	5.773.565	6.682.595
Imobilizado	8	7.207.420	7.843.903
TOTAL DO ATIVO		**13.678.016**	**16.788.207**

PASSIVO

	Nota	2022	2021
CIRCULANTE		**69.867**	**6.102.461**
Fornecedores	9	-	28.855
Obrigações fiscais e sociais	10	66.709	69.710
Obrigações Trabalhistas	11	3.158	3.896
Outras Obrigações	12	-	6.000.000
NÃO CIRCULANTE		**886.453**	**1.095.919**
Empréstimos e Financiamentos	13	885.167	627.677
Obrigações fiscais e sociais	14	1.286	468.242
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**12.721.696**	**9.589.827**
Capital social	15	60.839.613	60.839.613
Prejuízos acumulados		(48.117.917)	(51.249.786)
TOTAL DO PASSIVO		**13.678.016**	**16.788.207**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO

	Nota	2022	2021
(-) Despesas administrativas	16	(705.867)	(1.108.852)
(+) Outras Receitas Operacionais	17	148.372	757
Resultado Antes do Resultado Financeiro		**(557.495)**	**(1.108.095)**
(-) Receitas Financeiras	18	875.652	215.905
(-) Despesas Financeiras	18	(124.295)	(125.562)
Resultado Bruto Antes das Outras Receitas		**193.862**	**(1.017.752)**
(+) Ganhos de Capital	19	4.400.770	-
(+) Outros Resultados Negativos	20	(1.883.258)	-
Resultado Bruto Antes dos Tributos sobre o Lucro		**2.711.374**	**(1.017.752)**
(-) IRPJ e CSLL	21	(32.568)	-
Resultado Líquido das Operações Continuadas		**2.678.806**	**(1.017.752)**
Resultado líquido do período		**2.678.806**	**(1.017.752)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA AGRO PASTORIL DO RIO TIRAXIMIM
CNPJ: 04.567.012/0001-53

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	CAPITAL SOCIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
Em 31/12/2020	**60.839.613**	**(27.130.864)**	**32.316.154**
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		(23.101.170)	(23.101.170)
Saldo Inicial em 31/12/2020 Ajustado	**60.839.613**	**(50.232.034)**	**10.607.579**
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(1.017.752)	(1.017.752)
Em 31/12/2021	**60.839.613**	**(51.249.786)**	**9.589.827**
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		453.063	453.063
Saldo Inicial em 31/12/2021 Ajustado	**60.839.613**	**(50.796.723)**	**10.042.890**
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.678.806	2.678.806
Em 31/12/2022	**60.839.613**	**(48.117.917)**	**12.721.696**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	2022	2021
1. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
1.1 Resultado Líquido do Exercício	2.678.806	(1.017.752)
Encargos de depreciação e amortização	963.284	963.284
Ajuste de Exercícios Anteriores	453.063	(23.101.170)
Ganho de Capital na Alienação de Imobilizado	(4.400.770)	
Resultado Líquido Ajustado	**(305.617)**	**(23.155.638)**
1.2 Fluxo de Caixa Proveniente das Atividades Operacionais		
Aumento dos adiantamentos à fornecedores	(286.873)	(159.979)
Redução nos tributos a recuperar	60.600	
Redução nos tributos a compensar	419	
Redução nos ativos biológicos	1.784.105	
Aumento no realizável a longo prazo		-
Redução no realizável a longo prazo		17.153.136
Aumento das contas a pagar à fornecedores		
Redução das contas a pagar à fornecedores	(28.856)	(834)
Aumento das obrigações fiscais e sociais		
Redução das obrigações fiscais e sociais	(3.000)	(51.539)
Aumento das obrigações trabalhistas		3.896
Redução das obrigações trabalhistas	(738)	
Redução das contas a pagar diversas		
Aumento de Outras obrigações		5.940.976
Redução de Outras obrigações	(6.000.000)	
Redução das obrigações fiscais e sociais de longo prazo	(466.956)	(65.175)
Total das variações de ativos e passivos	**(4.941.299)**	**22.820.481**
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	**(5.246.916)**	**(335.157)**
2. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Recebimento de Alienação de Imobilizado	3.974.815	
Baixa de Ativo Biológico	99.154	
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	**4.073.969**	-
3. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recebimentos de empréstimos bancários		
Pagamento de empréstimos bancários		(42.125)
Recebimento de Empréstimos obtidos de terceiros	255.262	1.130.254
Pagamento de Empréstimos obtidos de terceiros	(100.700)	(767.907)
Juros sobre empréstimos obtidos de terceiros	102.928	24.019
Concessão de Empréstimos à terceiros	(1.068.236)	
Recebimento de Empréstimos concedidos à terceiros	2.852.916	
Juros sobre empréstimos concedidos à terceiros	(875.652)	

Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	**1.166.518**	**344.241**
4. Resumo		
1. Disponibilidades - saldo no início do período	**9.123**	**39**
2. Aumento (redução) das disponibilidades (1 + 2 + 3)	(6.429)	9.084
5. Saldo Final das Disponibilidades	**2.694**	**9.123**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

1. Contexto operacional

A sociedade, localizada no Estado do Pará, foi constituída em 1978, tendo como objetivo social a exploração de atividades agropecuárias e agroindustriais, podendo beneficiar e industrializar produtos da terra ou derivados de carne e animais, explorar matadouros e frigoríficos, de dedicar-se ao reflorestamento e ao beneficiamento de madeira, assim como a exploração de produtos dela derivados, inclusive serrarias, bem como a importação e a exportação, podendo também participar de outras sociedades.
Os acionistas estão comprometidos em aportar capital na eventual necessidade de suprimentos de caixa da companhia.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão sendo apresentadas em Reais (R$) e foram aprovadas pela administração no dia 08 de março de 2023. Foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e foram elaboradas de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e de normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Todos os centavos foram eliminados das demonstrações.

3. Políticas Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa (Disponibilidades) - CPC 03

Os equivalentes a caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A empresa considera equivakente a caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente qualifica-se como equivalente de ciaxa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Os demais investimentos com vencimentos superiores a 90 dias, são registrados em investimentos a curto prazo.

3.2. Tributos a Recuperar e Compensar

Referem-se aos tributos passíveis de recuperação ou compensação de acordo com a legislação vigente. Os tributos a recuperar são aqueles que são recuperáveis conforme o princípio da não-cumulatividade. Já os tributos a compensar são aqueles que foram retidos na venda ou na prestação de serviços e podem ser abatidos do valor a recolher, assim como os valores de IRPJ e CSLL recolhidos pelo regime da estimativa mensal. Compõem-se substancialmente dos seguintes tributos: IRPJ (Imposto de Renda); CSLL (Contribuição Social); Pis/Pasep: Cofins; ICMS; IPI; Também podem fazer parte deste grupo tributos pagos em duplicidade ou a maior, além dos impostos compensáveis decorrentes de investimentos em aplicações de renda fixa e variável, como, por exemplo, o IRRF.

3.3. Outros Créditos e Despesas Antecipadas

Representam os créditos concedidos aos funcionários, assim como adiantamentos concedidos aos sócios e fornecedores.
Os adiantamentos a fornecedores representam pagamentos efetuados antecipadamente ao recebimento das mercadorias e que representam direitos que findam mediante a entrega da mercadoria. Em caso contrário, tais direitos se convertem em créditos financeiros a serem ressarcidos pelo fornecedor
As despesas antecipadas são aplicações em recursos cujo benefícios ocorrerão no exercício seguinte. Serão apropriadas de acordo com o regime de competência, à medida que as despesas forem sendo efetivamente incorridas.

3.4. Ativo Biológico - CPC 29

O estoque do rebanho bovino é avaliado ao preço de mercado, e a diferença entre esse valor e o custo é contabilizado no resultado como receita de pauta ou redução de pauta (Receita de valorização do gado).

3.5. Imobilizado - CPC 27

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.
O custo inclui gastos que são diretamente atribuível à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. É reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.
As taxas de depreciação estimadas para os períodos correntes estão demonstradas na composição do ativo imobilizado na nota explicativa nº 8.
Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.6. Intangível - CPC 04

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as demonstradas na nota explicativa nº 10. Para os intangíveis com vida útil infinita, procede-se apenas com o cálculo das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

3.7. Empréstimos e Financiamentos - CPC 20

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor presente acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.
Os ativos decorrentes de empréstimos a terceiros e dos créditos de acionista foram atualizados monetariamente pela variação da TJLP mais

3.8. Fornecedores - CPC 12

Os fornecedores representam as compras a prazo efetuadas pela empresa. Atendendo ao princípio da relevância contábil, os fornecedores que possuam exigibilidade dentro de até 12 meses foram considerados isentos de despesas de juros.

3.9. Obrigações Fiscais - Regimes de tributação - CPC 32

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é apurado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as bases que excederem R$240 mil no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é apurada pela alíquota de 9%. As receitas tributáveis foram reconhecidas pelo regime de competência.

A empresa adota o regime de tributação do Lucro Real Anual e calcula as alíquotas de 15% e 9% sobre a receita bruta mensal ou o balancete de suspensão ou redução, de acodo com o que for mais vantajoso para a empresa. Os valores recolhidos antecipadamente são considerados como antecipação de imposto, e no final do exercício será feita o ajuste anual comparando o imposto efetivamente devido sobre o lucro com o imposto recolhido durante o exercício.

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS na modalidade não-cumulativa para as receitas auferidas, às alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente, excetuando as receitas financeiras que são tributadas às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente.
Os passivos decorrentes de obrigações fiscais e sociais parceladas foram atualizados com juros da taxa Selic e multas de mora.

3.10. Obrigações sociais e previdenciárias - INSS e FGTS

A empresa contribui com o INSS usando o código FPAS 604, nas alíquotas de 0% (INSS Patronal), 0% (INSS Gilrat x FAP) e 2,7% (Contribuições a terceiros), conforme Art. 109-B da Instrução Normativa RFB nº 971/2009. A alíquota de FGTS recolhida pela empresa é de 8%, vigente no país.

3.11. Obrigações Trabalhistas

A empresa remunera mensalmente seus funcionários e diretores, e provisiona os valores relativos às férias, 13º salário, licença remunerada, e demais encargos, conforme previsto nos códigos legais e trabalhistas vigentes no País.

3.12. Adiantamento de Clientes

Os adiantamentos de clientes representam recebimentos antecipados à venda de mercadoras ou prestação de serviço e que representam uma obrigação de entregar a mercadoria pela empresa. Caso contrário, tais obrigações se convertem em débitos financeiros a serem ressarcidos pela empresa.

3.13. Receitas - CPC 47

A receita de vendas da empresa é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

3.14. Receitas e Despesas Financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre fundos, de adiantamentos concedidos e de recebimento de juros decorrente de vendas à prazo. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos.

COMPANHIA AGRO PASTORIL DO RIO TIRAXIMIM
CNPJ: 04.567.012/0001-53

4. Disponibilidades	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Caixa Geral - Conta 110101		
Caixa geral	39	39
	39	**39**
Bancos c/Movimento - Conta 110102		
Banco Bradesco - Ag. 5639 - C/C 30522-7	655	7.084
Banco Bradesco - C/C 15320-6	2.000	2.000
	2.655	**9.084**
Total das Disponibilidades	**2.694**	**9.123**

5. Outros créditos	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Adiantamento a Fornecedores - 110302		
Adiantamento de Consórcio	692.780	405.907
	692.780	**405.907**
Tributos a Recuperar - 110304		
Pis a Recuperar	1.557	11.088
Cofins a Recuperar		51.069
	1.557	**62.157**
Tributos a Compensar - 110305		
IRPJ a Compensar		418
	-	**418**
Total dos outros créditos:	**694.337**	**468.482**

6. Estoques	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Ativo biológico- Conta 111002		
Bezerros		48.149
Bezerras		12.965
Novilhos		905.729
Novilhas		817.261
	0	**1.784.104**

7. Realizável a Longo Prazo	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Crédito com Partes Relacionadas - Conta 120104		
Jarbas Guimarães Junior	1.658.821	2.053.289
	1.658.821	**2.053.289**
Crédito com Pessoas Ligadas - Conta 120105		
Concretudo Construções Ltda.		21.017
Caribe Caprinos do Jaguaribe Ltda.		1.818
Cometa AgroIndustrial S/A	3.963.774	4.456.939
Cássia Serviços Agrícolas Ltda.		1.783
Farmfruit Agroindustrial S/A		803
Itaipu Empreendimentos Agrícolas S/A		71
Aguisa - Agropecuária Guimarães S/A		5.928
Fazenda São Paulo S/A		1.782
Óleos Finos de Balsas S/A - Olfiba	45.970	2.134
Aguil - Algodoeira Guimarães Ltda.		1.461
Rio Preto Agropecuária S/A		30.570
Basebrasil Construções e Empreendimentos Ltda.	105.000	105.000
	4.114.744	**4.629.306**
Total do Realizável a Longo Prazo	**5.773.565**	**6.682.595**

8. Imobilizado

Bens Imóveis - Conta 120301

		31.12.2022			**31.12.2021**
COMPOSIÇÃO DOS SALDOS	**TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE**	**CUSTO HISTÓRICO**	**DEPRECIAÇÃO ACUMULADA**	**LÍQUIDO**	**LÍQUIDO**
Terras	0%	453.797	-	453.797	453.797
Glebas	0%	99.230	-	99.230	198.459
Construções Civis	4%	3.438.664	(1.885.145)	1.553.519	1.691.066
Fazenda Moju	4%	7.500.000	(2.400.000)	5.100.000	5.400.000
TOTAL		**11.491.691**	**(4.285.145)**	**7.206.546**	**7.743.322**

Bens Móveis - Conta 120302 a 120306

COMPOSIÇÃO DOS SALDOS	TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE	31.12.2022 CUSTO HISTÓRICO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	LÍQUIDO	31.12.2021 LÍQUIDO
Móveis e Utensílios	10%	2.656	(1.782)	874	1.162
Computadores e Periféricos	25%	1.926	(1.926)	-	259
TOTAL		**4.582**	**(3.708)**	**874**	**1.421**

Ativo Biológico de Produção - Conta 120307

COMPOSIÇÃO DOS SALDOS	TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE	31.12.2022 CUSTO HISTÓRICO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	LÍQUIDO	31.12.2021 LÍQUIDO
Pastagens	10%	5.000.000	(5.000.000)	-	6
Animais para Reprodução	10%	-	-	-	99.154
TOTAL		-	-	-	**99.160**

9. Fornecedores

	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores Nacionais - Conta 210201		
Mercadorias		26.040
Serviços		2.815
	-	**28.855**

10. Obrigações Fiscais e Sociais

	31.12.2022	31.12.2021
Obrigações fiscais - Conta 210301		
Cofins a Recolher	1.790	
IRPJ a Recolher	22.180	
CSLL a Recolher	13.308	
IRRF a Recolher	22	22
Pis - Parcelamento		5.099
Cofins - Parcelamento		23.487
IRRF - Parcelamento		11.406
CVM - Parcelamento	15.434	14.011
	52.734	**54.025**
Obrigações sociais - Conta 210302		
FGTS a recolher	13.712	15.213
INSS a recolher	263	472
	13.975	**15.685**
Total das obrigações fiscais e sociais:	**66.709**	**69.710**

11. Obrigações Trabalhistas

	31.12.2022	31.12.2021
Obrigações com pessoal - Conta 210401		
Salários a pagar		2.201
Férias a pagar	2.180	1.474
13º Salário a Pagar	757	-
	2.937	**3.675**
Férias e 13º a Pagar - Conta 210402		
Férias 1/12 Avos a Pagar	200	200
INSS S/ Férias 1/12 Avos a Pagar	5	5
FGTS S/ Férias 1/12 Avos a Pagar	16	16
	221	**221**
Total das obrigações Trabalhistas	**3.158**	**3.896**

12. Outras obrigações

	31.12.2022	31.12.2021
Adiantamento de clientes - Conta 210501		
Adiantamentos diversos	-	6.000.000
	-	**6.000.000**

13. Empréstimos e financiamentos - LP

	31.12.2022	31.12.2021
De Partes Relacionadas - Conta 1554		
Chapada da Prata S/A	698.736	462.866
	698.736	**462.866**
De Partes Ligadas - Conta 1554		
Malharia Rebeca S/A	180.471	158.878
Tecblu - Tecelagem Blumenau S/A	5.960	5.933
	186.431	**164.811**
Total de Empréstimos e Financiamentos - LP	**885.167**	**627.677**

14. Obrigações fiscais e sociais - LP	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Obrigações Fiscais - Conta 220501		
CVM - Parcelamento	1.286	15.179
Parcelamento Lei 13.496/2017 - PERT	-	453.063
	1.286	**468.242**

15. Capital social

	2022		**2021**	
Tipo de Ações	**Quantidade**	**% Total**	**Quantidade**	**% Total**
Ordinárias	71.043.084	77,68%	71.043.084	77,68%
Total de ações ordinárias	**71.043.084**	**77,68%**	**71.043.084**	**77,68%**
Preferenciais				
Classe A	12.598.958	13,77%	12.598.958	13,77%
Classe B	2.319.593	2,54%	2.319.593	2,54%
Classe C	5.498.072	6,01%	5.498.072	6,01%
Total de ações preferenciais	**20.416.623**	**22,32%**	**20.416.623**	**22,32%**
TOTAL	**91.459.707**	**100,00%**	**91.459.707**	**100,00%**

16. Despesas administrativas	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Despesas Gerais Administrativas - Contas 4402		
Despesas com Pessoal	(34.956)	(60.718)
Serviços Terceirizados	(127.369)	(35.384)
Despesas Tributárias	(67.522)	(6.038)
Despesas Gerais	(476.020)	(1.006.712)
	(705.867)	**(1.108.852)**

17. Outras Receitas Operacionais	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Outras Receitas Operacionais - Conta 340102		
Recuperação de Despesas	148.372	
	148.372	**-**
Outras Receitas Não Classificadas Anteriormente - Contas 310504 e		
Tributos Prescritos		757
	-	**757**
Total das Outras Receitas:	**148.372**	**757**

18. Resultado Financeiro	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Receitas Financeiras - Conta 330301		
Juros ativos - Oper. De Mútuo - Partes não relacionadas	549.198	208.771
Juros ativos - Oper. De Mútuo - Partes relacionadas	326.454	7.134
	875.652	**215.905**
Despesas Financeiras - Contas 430302 e		
Juros Passivos	(5.960)	(97.397)
Despesas Bancárias	(14.560)	(4.146)
IOF	(848)	
Juros Passivos - Oper. De Mútuo - Partes não relacionadas	(22.320)	(23.082)
Juros Passivos - Oper. De Mútuo - Partes relacionadas	(80.607)	(937)
	(124.295)	**(125.562)**
Resultado Financeiro Líquido	**751.357**	**90.343**

19. Outras Receitas	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Ganho na Alienação de Ativos - Conta 320101		
Receita de Alienação de Imobilizado	4.500.000	
(-) Custo na Alienação de Imobilizado	(99.230)	
	4.400.770	**-**

20. Outras Despesas	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Perda na Alienação de Ativos - Conta 450501		
Perdas de Ativos Biológicos	(1.883.258)	
	(1.883.258)	**-**

COMPANHIA AGRO PASTORIL DO RIO TIRAXIMIM
CNPJ: 04.567.012/0001-53

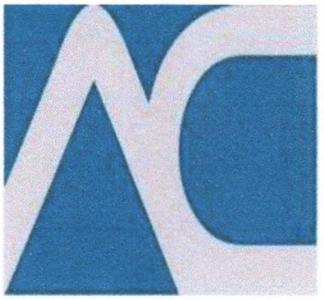
21. Tributos sobre o Lucro	**31.12.2022**	**31.12.2021**
CSLL e IRPJ - Conta 4801		
CSLL	(12.213)	
IRPJ	(20.355)	
	(32.568)	-

JARBAS GUIMARAES JUNIOR:30478049404
Assinado de forma digital por JARBAS GUIMARAES JUNIOR:30478049404
Dados: 2023.03.24 10:29:34 -03'00'

JARBAS GUIMARÃES JUNIOR
DIRETOR
CPF: 304.780.494-04

FRANCISCO FERREIRA PAZ:26774674887
Assinado de forma digital por FRANCISCO FERREIRA PAZ:26774674887
Dados: 2023.03.24 10:29:57 -03'00'

FRANCISCO FERREIRA PAZ
CONTADOR - CRC 76.905 - SP - T/PE - "S" PA
CPF: 267.746.748-87



AUDICON
auditoria, consultoria e contabilidade

RELATÓRIO DE AUDITORIA
COMPANHIA AGRO PASTORIL DO RIO TIRAXIMIM
CNPJ: 04.567.012/0001-53

Exercício 2022

Responsável Técnico:
Tadeu Manoel Rodrigues de Araújo
Contador – CRC/PA 002671/O-3
Auditor Independente

AUDICON
auditoria, consultoria e contabilidade

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores das
Companhia Agro Pastoril Rio do Tiraximim

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis das **Companhia Agro Pastoril do Rio Tiraximim** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das **Companhia Agro Pastoril do Rio Tiraximim** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação às **Companhia Agro Pastoril do Rio Tiraximim** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outros Assuntos

Ponto de controle:

- Após análise detida dos procedimentos de Auditoria, foi constatado que a entidade não efetuou o teste de recuperabilidade dos ativos (impairment), conforme determinado pela NBC´S TG 01 a 27. Com isso, recomendamos que a entidade consiga no ano de 2023 executar tal procedimento, para evitar qualquer eventual problema havendo distorção no

devido teste.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte da uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos das **Companhia Agro Pastoril do Rio Tiraximim.**

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belém, 20 de março de 2023.

Tadeu Manoel Rodrigues de Araújo
Auditor Independente CNAI Nº 171
Contador CRC/PA 002671/O-3
IBRACON Nº 3715
CVM 4677